

# CRISE DA UNIVERSIDADE, CRISE DA EDUCAÇÃO OU CRISE DA SOCIEDADE BRASILEIRA?

*Luzete Adelaide Pereira\**

A visão de mundo burguesa impõe amarras ao conhecimento de tal sorte que a verdade acaba sendo uma categoria de difícil assimilação do homem.

Na área das ciências do homem, o retorno constante a temas que, não obstante a sua atualidade, constituem um patrimônio — vergonhoso, é bem verdade — da sociedade brasileira, tem muito mais a ver com a luta pelo estabelecimento da verdade, do que com a originalidade do problema. Estamos nos referindo à crise da universidade, a qual não pode ser compreendida sem as relações que ela guarda com o sistema educacional global, bem como com a estrutura social brasileira.

A crise da universidade tem ganho um certo destaque sempre que são divulgados os resultados desastrosos do vestibular e as análises publicadas pelos jornais tendem a inscrevê-los como sintoma de uma crise. Contudo, esta crise é compreendida como algo estranho temporário e parcial: como se fosse possível resolvê-la mantidas as causas que a geram.

Tomando como exemplo o problema dos baixos níveis de rendimento escolar obtidos pelos candidatos no vestibular, as análises são recorrentes na sugestão da necessidade de mudanças na regra do jogo, isto é, tendem a acreditar que a mudança na forma de avaliação adotada seria a solução para elevar aqueles níveis de desempenho, supondo que, com isto, o padrão da universidade se elevaria.

A lógica que está na base deste argumento, ao estabelecer uma falsa relação de causa-efeito entre modalidade de

---

\* Ex-Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação — CED/UFSC, atualmente professora da Universidade Federal da Paraíba.

avaliação e fracasso escolar, remete a solução para aspectos secundários da questão.

Onde localizar a causa principal do fracasso escolar, da crise da universidade, da crise da educação?

Se é verdade de que as formas e os critérios de avaliação devam ser repensados, isto não pode ocorrer abstratamente sem referência à natureza de homem, de trabalho, de sociedade, para a qual se está sendo avaliado. Além do mais, isto não dispensa, pelo contrário, implica, necessariamente, na solução daquilo que aparece como principal na origem do fracasso escolar, implica na superação das condições que fazem com que o homem esteja submetido a "fracassos" de ordem econômica, social e intelectual.

Retomando o exemplo das análises sobre o vestibular como uma expressão da crise educacional brasileira, encontram-se depoimentos indicativos de bom senso que afirmam a pertinência da análise que extrapola a ingênua relação entre modalidade de avaliação — fracasso escolar, atribuindo o baixo desempenho do vestibulando à sua história escolar progressa.

Nestes depoimentos o fracasso no vestibular é atribuído à formação desenvolvida no 2º grau, mas é comum os professores deste grau de ensino transferirem para o 1º grau a responsabilidade pelas dificuldades de aprendizagem. O que se observa é que essa responsabilidade é sempre transferida para a formação escolar anteriormente recebida, até que, na 1ª série, o professor não terá dúvidas em atribuir a origem do problema às condições de vida do aluno, isentando-se, e à escola, da responsabilidade. E tudo isto não deixa de ser verdadeiro.

O que parece ser um raciocínio circular é apenas uma aproximação maior com a explicação real e principal do problema: os baixos níveis de rendimento escolar que, no vestibular, adquirem maior transparência são reflexos de uma situação essencialmente ligada às condições de vida e ao destino social correspondente à estrutura e à natureza de cada sociedade.

A constatação desta situação não significa, de um lado, um descompromisso geral do educador com a formação responsável e competente do aluno, ainda que sob condições tão precárias.

Mas, por outro lado, é uma clara advertência de que a competência do professor se mede, sobretudo, pela sua capacidade de mobilização e luta contra todas as condições que impedem a plena formação do aluno e o pleno exercício do ato educativo.

Desse modo, elimina-se a ilusão de que a competência do educador se restringe ao mero exercício do ato estritamente técnico de educar bem, como se não houvesse impedimentos reais a sua realização, decorrentes tanto da parte do professor, quanto do aluno.

O que precisa ser reconhecido é que a (in)competência do professor, bem como a (in)competência do aluno, não são coisas geradas subjetivamente, mas produto de circunstâncias históricas objetivas. Portanto, a competência que, historicamente, se impõe ao educador como fundamental, urgente, assume duas direções intimamente ligadas: uma voltada para a luta contra as condições gerais da sociedade, que impõem a existência do fracasso escolar. Envolve problemas que vão desde a falta de carteiras, de escolas, de material escolar, de salário do professor, até a existência da fome, da doença, da falta de moradia.

Uma outra direção, volta-se para o espaço inaudito e pertinaz de, dentro das condições que aí estão, desenvolver o máximo daquilo que se estabelece como sendo inerente à tarefa educativa, contrariando a própria lógica histórica que impõe a destinação de um conteúdo irrelevante a amplos setores da sociedade, para perpetuar a dominação de classes e assegurar privilégios a uma minoria. E é bom não esquecer, esta direção, precária e desumana, se eternizará se não se compreender que aquela primeira é que cria as possibilidades reais de se desenvolver a plenitude do ato educativo.

Se já ficou evidenciado que o fracasso escolar é um problema que só pode ser resolvido estruturalmente, porque um produto "natural" da estrutura social, econômica e política vigente no Brasil, interessa agora destacar, ainda que genericamente, as características destes fatores estruturais, determinantes na configuração do destino histórico da sociedade brasileira. Destino este que se dirige para a constituição de um exército de excluídos da educação, da saúde, etc... É por aí que se pode compreender a

natureza da crise que atravessa a sociedade brasileira, onde a educação é muito mais um reflexo do que um agente causador, embora, pela sua própria função, possa ser um elemento decisivo na superação desta crise, em sua luta pela constituição de uma sociedade onde esteja assegurado o direito ao pleno exercício do ato educativo.

Na relação entre fracasso escolar e aspectos de ordem estrutural, seria mais do que suficiente para provar a sua estreita dependência, o fato da existência, no Brasil, de OITO MILHÕES de excluídos da escola, na faixa etária entre 7 e 14 anos.

Não bastasse isto, somos um país de OITO MILHÕES E QUINHENTAS MIL famílias sem renda e sem local para morar, somos um país de DEZESSEIS MILHÕES de crianças abandonadas, somos um país de SETENTA MILHÕES de pessoas que vivem em condições de miséria absoluta ou relativa. É este o nosso modelo de desenvolvimento: um capitalismo selvagem, dependente, subordinado aos interesses do capital, sobretudo do capital estrangeiro.

Quando a criança, produto desta situação, consegue uma vaga na escola e nela permanecer, fica muito difícil fugir do fracasso escolar. E, se entre estes, alguns conseguem chegar no vestibular, muitos ainda serão os excluídos, especialmente quando se trata de vaga na universidade pública.

Como acreditar que o problema da educação não seja de ordem estrutural se no Brasil há que ser alimentada a indústria da especulação, da corrupção, do clientelismo, da fraude, do pagamento dos juros ilegítimos da dívida externa, em detrimento do projeto social?

Como acreditar na possibilidade da realização da educação enquanto instrumento de realização humana, enquanto instrumento de igualdade social, se o projeto político brasileiro é um jogo de cartas marcadas? Nele não há lugar senão para o deus Capital.

Para o capital, a existência de um exército de reserva disposto a vender sua força de trabalho a qualquer preço, a existência de uma classe trabalhadora submetida a baixos salários, não são fatores estranhos à presença de uma escola sem qualidade,

destinada a setores da sociedade que devem trabalhar, apenas, para assegurar sua sobrevivência e para assegurar a concentração e ampliação do capital.

A elevada e generalizada qualificação profissional é, para o capital, um instrumento impeditivo à realização da essência do regime, ou seja, o lucro. A educação, de um lado, eleva o padrão de exigência do seu portador, e de outro lado, sendo suficientemente crítica, trabalha contra a própria ordem capitalista, pela resolução da sua contradição principal, isto é, a existência de uma classe trabalhadora, mas despossuída, e de uma classe parasitária, a burguesia, portadora de todos os privilégios.

Se, de um lado, é possível assegurar que a educação brasileira está em crise, por outro, e contraditoriamente, não se pode negar que ela vai muito bem. Para o capital!

Por acaso, a iniciativa privada não retira seu quadro de pessoal exatamente desta escola dita em crise? Este pessoal não tem sido suficientemente qualificado para dirigir e realizar o processo produtivo, de tal sorte a promover a obtenção de lucros fantásticos, pela exploração vil e desumana de uma força de trabalho, sob os olhos complacentes deste Estado?

Para o capital, a educação só está em crise quando se apresenta como obstáculo à realização do lucro, quando ensina, ainda que precariamente, além do trabalho, a lógica da exploração nele escondida. Deste setor não há qualquer crítica se o dinheiro público for investido na seleção e formação da mão-de-obra adequada aos seus interesses, forma indireta de subsídio do Estado ao capital.

É um risco, portanto, deslocar o eixo da crise da educação para o interior da escola, isentando o Estado da sua responsabilidade de proporcionar uma educação qualificada para todos, bem como as condições internas e externas à escola para que ela possa se realizar.

Faz-se necessário distinguir e levar às últimas conseqüências, a lógica que preside o discurso crítico lançado sobre a escola.

Quando se fala da queda da qualidade do ensino, há que não se perder de vista o seguinte: a partir, especialmente dos anos 60, assiste-se a uma expansão da escola, sem precedentes, no Brasil.

A escola tradicional, elitista na destinação do direito à educação e, também, quanto à qualidade do ensino, ao se expandir aos setores populares da sociedade brasileira, não pode, sob o risco de negar a lógica do capital, difundir um conteúdo com elevado padrão de qualidade, sobretudo do ponto de vista da classe trabalhadora.

Esta expansão da escola carrega consigo o preço do nosso modelo de desenvolvimento, baseado num capitalismo periférico e dependente. Forma-se uma mão-de-obra portadora de um mínimo de conteúdo escolar e, apenas, suficiente para decifrar as ordens e desempenhar de modo "eficiente" as funções da estrutura produtiva.

Quanto à escola de boa qualidade, o que se assiste é o seu deslocamento para a iniciativa privada.

Isto é o que ocorre ao nível do ensino de 1º e 2º graus. À rigor não há qualquer quebra na solução de continuidade quanto à qualidade do ensino, ela apenas ocorre em outro espaço.

Quanto ao ensino superior é bom reavivar a memória sobre os melancólicos resultados de 1968. As pressões exercidas pela classe média, em sua luta por uma vaga na universidade, de fato levaram à abertura do ensino superior... ao capital privado.

Esta expansão do ensino superior, via privatização, cumpre três funções principais e correspondentes ao modelo de desenvolvimento aqui implantado.

Funciona como instrumento de contenção de descontentamento da população, diante do elevado número de excedentes no vestibular que, em 1968, atinge uma situação crítica.

A educação passa a ser, diretamente, fonte de lucro. Não são estranhas as imensas fortunas construídas à custa dos lucros obtidos, pelo capital, com suas escolas precárias, com seus professores sub-remunerados, com suas salas de aula superlotadas, com a inexistência da pesquisa, com suas mensalidades abusivas, etc...

É, portanto, uma solução capitalista para a crise, que retira daí uma terceira função: as instituições privadas de ensino superior cumprem função análoga à escola pública de 1º e 2º graus: destinar um conteúdo escolar irrelevante, exatamente

para aqueles alunos sem condições financeiras de frequentar as escolas de 1º e 2º graus, o "cursinho" de boa qualidade.

Assim, a escola vai selecionando os já privilegiados socialmente, cabendo à universidade pública formar de modo eficiente para o capital aqueles que irão dirigir o processo produtivo. Afinal de contas, alguém tem que formar este profissional!

Se alguns defendem a privatização das universidades públicas como forma de resolver o fato de ela contemplar os já privilegiados, é bom se estar alerta: a educação não é exatamente o local para resolver as injustiças sociais quanto à distribuição da renda. É, por isto mesmo, que se justifica o direito de publicizar a escola privada, bem como a defesa de uma educação independente dos interesses do capital e subordinada aos interesses da classe trabalhadora.

A função de distribuição de renda é própria do Estado; se a sociedade brasileira é constituída por uma classe trabalhadora e por uma classe parasitária, tal situação só pode ser imputada ao Estado, na medida em que é expressão da dominação de uma classe sobre outra e agente que legitima a distribuição desigual dos benefícios sociais.

Embora as lutas sociais empreendidas nestes últimos anos tenham conquistado certas prerrogativas democráticas, isto não pode provocar a imobilização pois, pelo contrário, com isto criou-se um terreno propício a sua continuidade e intensificação, pois já se sabe que a "república democrática" é o espaço mais adequado à luta da classe trabalhadora.

Contra aqueles que defendem o "quanto pior melhor", devemos, também, nos precaver contra a capitulação homeopática daqueles que defendem "melhor isto do que nada".

Se se trata de resgatar a fabulosa dívida social para com a classe trabalhadora, acumulada ao longo da história brasileira, não se pode acreditar que ela poderá ser paga com a distribuição de um litro de leite ou com um seguro desemprego muito distante da reivindicação real. Se é melhor isto do que nada, não se pode perder de vista que isto está ainda muito distante da aspiração pelo trabalho justamente remunerado, da escola de boa qualidade para todos, afinal de contas, pelo estabelecimento de uma

sociedade de iguais, que outra não é senão a sociedade socialista, livre para desenvolver-se plenamente e aos seus homens.

Muito pouco adianta o conhecimento que se esquece que o Estado que está aí não pode ultrapassar os compromissos com a classe que ele representa e defende, isto é, a burguesia e já se sabe que não é lícito cobrar dele coisas que não pode dar, por exemplo, uma escola democrática. Faz-se, portanto, lógica e historicamente coerente, a luta pela destruição deste Estado, superando-o e instalando uma nova sociedade.

Aqueles que já estão advertidos da natureza perversa do Estado brasileiro, sabem perfeitamente: o discurso oficial, aparentemente crítico, de concessão a reivindicações populares, representa, de um lado, manifestação de ganhos do conjunto social, mas, por outro lado, é, sem dúvida, uma estratégia de recomposição de forças, de busca de aliados, entre setores da sociedade no limiar da insatisfação e dispostos a avançar nas suas reivindicações. O efeito buscado é o amortecimento das lutas e o acionamento de um freio à crise — ampla — que atinge todos os setores da sociedade brasileira.

Enquanto isto, cedendo certos ganhos sociais, a burguesia cria as condições de sua perpetuação no poder, desmobilizando a todos, especialmente, os educadores, em sua luta pelo estabelecimento prático da verdade, a luta por uma política de educação justa, séria, democrática, intimamente imbricada à luta pela instauração de uma sociedade séria, justa, democrática. Esquecer isto é ignorar o fundamental.

## RESUMEN

En una sociedad como la brasileña, basada en los privilegios de clase de la burguesía, la presencia de 70 millones de hambrientos, de 8 millones de niños sin escuela, de elevadas tasas de evasión y de reprobación escolar y la oferta de una educación descualificada para la mayoría del contingente escolar, son productos "naturales" y absolutamente de acuerdo a las exigencias del "capitalismo brasileño". Por esto, se sostiene la tesis de que *históricamente* la tarea que se impone *prioritariamente* a la educación es la lucha por su propia transformación, subordinada y articulada con la lucha por la transformación de la sociedad brasileña, condición sin la cual el proclamado principio de defensa de una educación volcada hacia los intereses de las clases subalternas se vuelve vacío y abstracto.